UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE PB

Termo de Referência 215/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
215/2026	158195-UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE PB	ALDENICE RIBEIRO DA COSTA PINHEIRO	17/11/2026 08:59 (v 0.20)

Status

DISPONIBILIZADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	270/2026	23096.070676/2026-91

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo n° **23096.070676/2026-91**)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **Mobiliários, incluindo entrega, instalação e montagem**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

	Item	Código CATSERV CATMAT	Quantidade	Unidade	DESCRIÇÃO	Preço Unitário	Preço Referencial
	1	445682	200	Und	Mesa de trabalho retangular - pequena. altura: 0,73, largura: 0,80, material estrutura: metal, material tampo: madeira aglomerada, profundidade: 0,60	R$ 950,00	R$ 190.000,00
	2	610976	50	Und	Mesa escritório. altura: 0,75, cor estrutura: argila, cor tampo: argila, largura: 1,40, material estrutura: madeira mdp, material tampo: mdp, profundidade: 0,60, revestimento tampo: laminado melamínico.	R$ 1.370,00	R$ 68.500,00
	3	608652	130	Und	Módulo de trabalho em L. altura: 740, aplicação: mesa de trabalho., características adicionais: tampo em "l", composição: painel frontal em mdp 18mm, calhas estruturais em, cor: jequitibá rosa, dimensões mesa escritório: 1,60 x 1,60 x	R$ 1.501,66	R$ 195.215,80

					0,74, material: mdp 25mm, revestimento: laminado melamínico, tipo conexão mesas: angular arredondada de 90		
	4	420884	10	Und	Mesa reunião retangular. acabamento estrutura: pintura eletrostática., altura: 0,74, características adicionais: 02 calhas com 02 tomadas (2p+t) e 02 rj45 fêmea, c, comprimento: 2,00, espessura tampo: 25, largura: 1,00, material: madeira mdf, revestimento: laminado melamínico, tipo bordas: retas, tipo estrutura: metálica	**R$ 1.981,28**	**R$ 19.812,80**
	5	608485	15	Und	Mesa reunião redonda. acabamento superficial: laminado melamínico, altura: 740, características adicionais: borda poliestireno, cor estrutura: preta, cor tampo: jequitibá rosa, diâmetro: 1.200, espessura tampo: 25, material: madeira, material estrutura: tubo de aço, quantidade pés: 4, tipo madeira: mdp	**R$ 1.400,00**	**R$ 21.000,00**
	6	603571	10	Und	Armário Escritório Alto, 2 m. altura: 2, características adicionais: com fechadura, largura: 800, material: madeira mdf, profundidade: 500, quantidade portas: 2, quantidade prateleiras: 4, revestimento: laminado melamínico, tipo: alto	**R$ 1.549,00**	**R$ 15.490,00**
Grupo 1	**7**	458657	10	Und	Armário Escritório baixo. acabamento superficial: laminado melamínico, altura: 740, características adicionais: com fechadura frontal, e puxadores, cor: carvalho malva, espessura tampo: 25, largura: 80, material: mdp, material base: aço com sapatas niveladoras, material porta: madeira mdp, profundidade: 50, quantidade portas: 2, quantidade prateleiras: 2, tipo: baixo	**R$ 935,18**	**R$ 9.351,80**
	8	264759	170	Und	Gaveteiro Móvel 4 gavetas. ALTURA: 650, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CHAVEAMETOS SIMULTÂNEO DE TODAS AS GAVETAS, COR: NOGAL, ESPESSURA TAMPO: 25, LARGURA: 340, MATERIAL: MADEIRA MDP, PROFUNDIDADE: 500, QUANTIDADE GAVETAS: 4	**R$ 968,44**	**R$ 164.634,80**
	9	603761	3	Und	Mesa reunião retangular MDF. Comprimento 3200m com caixa de tomadas. altura: 850, características adicionais: caixa de tomada, comprimento: 3.200, espessura tampo: 25, largura: 1.200, material: madeira mdp, revestimento: laminado	**R$ 8.513,40**	**R$ 25.540,20**

					melamínico baixa pressão		
	10	366890	270	Und	Mesa escritório comprimento 1,20m. ALTURA: 0,75, COMPRIMENTO: 1,20, COR TAMPO: ARGILA, LARGURA: 0,60, MATERIAL ESTRUTURA: TUBO AÇO, MATERIAL TAMPO: MDF	**R$ 1.221,00**	**R$ 329.670,00**
	11	603571	100	Und	Armário Escritório Alto, 2 m. acabamento superficial: laminado melamínico, altura: 160, características adicionais: com fechadura frontal, e puxadores, cor: carvalho malva, espessura tampo: 25, largura: 80, material: mdp, material base: aço com sapatas niveladoras, material porta: madeira mdp, profundidade: 500, quantidade portas: 2, quantidade prateleiras: 4, tipo: alto	**R$ 1.500,00**	**R$ 150.000,00**
	12	631174	2	Und	Mesa escritório comprimento 2m. acabamento estrutura: pintura eletrostática a pó, altura: 0,74, comprimento: 2,00, cor tampo: maple bilbao, espessura tampo: 25, largura: 0,80, material estrutura: tubo aço, material tampo: madeira, revestimento tampo: laminado melamínico baixa pressão	**R$ 2.921,25**	**R$ 5.842,50**
	13	272151	20	Und	Armário vitrine, aço inoxidável com porta de vidro. altura: 1,50, características adicionais: estrutura em aço c/cantos arredondados, componentes adicionais: teto/fundo chapa aço nº20,pés c/ponteira borracha, largura: 0,50, material: aço inoxidável, material porta: porta em vidro transparente mín. 3mm espessura, material prateleiras: 3 prateleiras vidro cristal c/ mín. 3mm espessura, profundidade: 0,40, quantidade portas: 2 portas c/ fechadura tipo yale c/ chaves, tipo prateleiras: prateleiras altura regulável	**R$ 1.398,11**	**R$ 27.962,20**
					Cadeira escritório, com braço, espaldar alto, giratória, poliéster preto. ACABAMENTO SUPERFICIAL ESTRUTURA: PINTURA EPÓXI, APOIO BRAÇO: COM BRAÇOS REGULÁVEIS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: APOIO DE CABEÇA, REGULAGEM DE ALTURA		

	14	412127	160	Und	E INCLINAÇÃO, COR: PRETA, MATERIAL ASSENTO: COMPENSADO MULTILAMINADO E ESPUMA INJETADA, MATERIAL ENCOSTO: TELA 100% POLIÉSTER, MATERIAL ESTRUTURA: AÇO, MATERIAL REVESTIMENTO ASSENTO E ENCOSTO: POLIÉSTER, QUANTIDADE PÉS: 5, TIPO BASE: GIRATÓRIA, TIPO ENCOSTO: REGULÁVEL	**R$ 1.235,15**	**R$ 197.624,00**
	15	412127	40	Und	Cadeira escritório, com braço, espaldar alto, giratória, poliéster preto. ACABAMENTO SUPERFICIAL ESTRUTURA: PINTURA EPÓXI, APOIO BRAÇO: COM BRAÇOS REGULÁVEIS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: APOIO DE CABEÇA, REGULAGEM DE ALTURA E INCLINAÇÃO, COR: PRETA, MATERIAL ASSENTO: COMPENSADO MULTILAMINADO E ESPUMA INJETADA, MATERIAL ENCOSTO: TELA 100% POLIÉSTER, MATERIAL ESTRUTURA: AÇO, MATERIAL REVESTIMENTO ASSENTO E ENCOSTO: POLIÉSTER, QUANTIDADE PÉS: 5, TIPO BASE: GIRATÓRIA, TIPO ENCOSTO: REGULÁVEL Cota reservada para ME/EPP em 20%	**R$ 1.235,15**	**R$ 49.406,00**
	16	359281	216	Und	Cadeira escritório, com braço, espaldar médio, giratória, poliéster preto. apoio braço: forma "t"/altura regulável, características adicionais: ergonômica, espuma 55 a 60 kg/m3, 5 pés, rodízios, cor: preta, material assento: espuma poliuretano injetado, material encosto: espuma poliuretano injetado, material estrutura: aço, material revestimento assento e encosto: tecido 100% poliéster, tipo base: giratória /regulagem altura pistão gás, tipo encosto: espaldar médio regulável, tipo sistema regulagem vertical: back system, tratamento superficial estrutura: pintura em epoxi preto	**R$ 1.008,80**	**R$ 217.900,80**
					Cadeira escritório, com braço, espaldar médio, giratória, poliéster preto. apoio braço: forma "t"/altura regulável, características adicionais: ergonômica, espuma 55 a 60 kg/m3, 5 pés, rodízios, cor: preta, material assento: espuma poliuretano injetado,		

	17	359281	54	Und	material encosto: espuma poliuretano injetado, material estrutura: aço, material revestimento assento e encosto: tecido 100% poliéster, tipo base: giratória /regulagem altura pistão gás, tipo encosto: espaldar médio regulável, tipo sistema regulagem vertical: back system, tratamento superficial estrutura: pintura em epoxi preto Cota reservada para ME/EPP em 20%	**R$ 1.008,80**	**R$ 54.475,20**
	18	232821	50	Und	Cadeira digitador, giratória, encosto baixo, revestimento preto sem braços. apoio braço: sem braços, cor: preta, cor estrutura: preta, material assento: espuma poliuretano injetado, material encosto: espuma poliuretano injetado, material estrutura: tubo aço, material revestimento assento e encosto: couro sintético, quantidade pés: 5, tipo base: giratória, tipo encosto: espaldar médio, tipo sistema regulagem vertical: a gás	**R$ 776,45**	**R$ 38.822,50**
	19	339841	240	Und	Cadeira fixa, tecido poliéster sem braço na cor preta, pé em formato curvo de "S". APOIO BRAÇO: SEM BRAÇOS, MATERIAL ASSENTO: MADEIRA E ESPUMA INJETADA, MATERIAL ENCOSTO: MADEIRA E ESPUMA INJETADA, MATERIAL ESTRUTURA: MADEIRA COMPENSADA, MATERIAL REVESTIMENTO ASSENTO E ENCOSTO: VINIL, QUANTIDADE PÉS: 4, TIPO BASE: FIXA	**R$ 600,00**	**R$ 144.000,00**
	20	339841	60	Und	Cadeira fixa, tecido poliéster sem braço na cor preta, pé em formato curvo de "S". APOIO BRAÇO: SEM BRAÇOS, MATERIAL ASSENTO: MADEIRA E ESPUMA INJETADA, MATERIAL ENCOSTO: MADEIRA E ESPUMA INJETADA, MATERIAL ESTRUTURA: MADEIRA COMPENSADA, MATERIAL REVESTIMENTO ASSENTO E ENCOSTO: VINIL, QUANTIDADE PÉS: 4, TIPO BASE: FIXA Cota reservada para ME/EPP em 20%	**R$ 600,00**	**36.000,00**
					Cadeira escritório, couro e tecido, base fixa em forma de "S" com braços. ACABAMENTO ESTRUTURA: PINTADO EM EPÓXI, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM BRAÇOS E ENCOSTO FIXOS, ESPALDAR MÉDIO, COR: PRETA, DENSIDADE ESPUMA		

	21	608818	72	Und	ASSENTO E ENCOSTO: MÉDIA, MATERIAL ASSENTO: ESPUMA, MATERIAL ENCOSTO: ESPUMA, MATERIAL ESTRUTURA: AÇO CARBONO, MATERIAL REVESTIMENTO ASSENTO E ENCOSTO: COURINO, TIPO BASE: FIXO, TIPO ENCOSTO: FIXO	**R$ 1.116,66**	**R$ 80.399,52**
	22	608818	18	Und	Cadeira escritório, couro e tecido, base fixa em forma de "S" com braços. ACABAMENTO ESTRUTURA: PINTADO EM EPÓXI, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM BRAÇOS E ENCOSTO FIXOS, ESPALDAR MÉDIO, COR: PRETA, DENSIDADE ESPUMA ASSENTO E ENCOSTO: MÉDIA, MATERIAL ASSENTO: ESPUMA, MATERIAL ENCOSTO: ESPUMA, MATERIAL ESTRUTURA: AÇO CARBONO, MATERIAL REVESTIMENTO ASSENTO E ENCOSTO: COURINO, TIPO BASE: FIXO, TIPO ENCOSTO: FIXO Cota reservada para ME/EPP em 20%	**R$ 1.116,66**	**R$ 20.099,88**
	23	387895	216	Und	Cadeira fixa, espaldar médio, revestimento tecido na cor preta. ACABAMENTO ESTRUTURA: CROMADO, ALTURA: 90, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM BRAÇO, DIMENSÕES ASSENTO: 450 X 500, DIMENSÕES ENCOSTO: 430 X 450, LARGURA: 45, MATERIAL ASSENTO: POLIPROPILENO INJETADO, MATERIAL ENCOSTO: POLIPROPILENO INJETADO, MATERIAL ESTRUTURA: AÇO, MATERIAL REVESTIMENTO ASSENTO E ENCOSTO: COURO ECOLÓGICO, PROFUNDIDADE: 50, TIPO BASE: FIXO, TIPO ENCOSTO: ESPALDAR MÉDIO, TIPO PÉ: COM FORMATO CURVO DO "S"	**R$ 988,10**	**R$ 213.429,60**
					Cadeira fixa, espaldar médio, revestimento tecido na cor preta. ACABAMENTO ESTRUTURA: CROMADO, ALTURA: 90, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM BRAÇO, DIMENSÕES ASSENTO: 450 X 500, DIMENSÕES ENCOSTO: 430 X 450, LARGURA: 45, MATERIAL ASSENTO: POLIPROPILENO INJETADO, MATERIAL ENCOSTO:		

	24	387895	54	Und	POLIPROPILENO INJETADO, MATERIAL ESTRUTURA: AÇO, MATERIAL REVESTIMENTO ASSENTO E ENCOSTO: COURO ECOLÓGICO, PROFUNDIDADE: 50, TIPO BASE: FIXO, TIPO ENCOSTO: ESPALDAR MÉDIO, TIPO PÉ: COM FORMATO CURVO DO "S" Cota reservada para ME/EPP em 20%	**R$ 988,10**	**R$ 53.357,40**
	25	611818	2	Und	Poltrona concha única, revestimento couro natural, giratória, com encosto de cabeça, tipo presidente. ACABAMENTO: REVESTIDA EM CORINO, ALTURA: 100, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REGULAÇÃO DE INCLINAÇÃO, COM NO MÍNIMO 3 POSIÇÕES, COMPONENTES: ASSENTO, ENCOSTO,APOIO BRAÇOS E PÉS, ESTRUTURA: MADEIRA DE REFLORESTAMENTO, LARGURA: 700 MM, MATERIAL: MADEIRA, MODELO: ENCOSTO REGULÁVEL, PROFUNDIDADE: 900 MM	**R$ 4.623,89**	**R$ 9.247,78**
	26	611803	4	Und	Poltrona fixa, estrutura aço inox. ACABAMENTO ESTRUTURA: PINTURA EPÓXI PRETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BRAÇOS FIXOS, MATERIAL ASSENTO: ESPUMA INJETADA, MATERIAL ENCOSTO: ESPUMA INJETADA, MATERIAL ESTRUTURA: AÇO, MATERIAL REVESTIMENTO ASSENTO E ENCOSTO: COURO ECOLÓGICO, TIPO BASE: FIXO, TIPO ENCOSTO: FIXO, TRATAMENTO SUPERFICIAL: PINTURA EPÓXI	**R$ 3.990,00**	**R$ 15.960,00**
					- Carteira escolar de uso individual; - Deverá ser para pessoas DESTRAS (Prancheta localizada ao lado direito da estrutura); - PORTA LIVROS – Aço carbono em barra redonda 1/4" (6,30 mm ou 6,35 mm) - Deverá possuir: a. Assento (Polipropileno Injetado) = Mínimo de 460 mm e Máximo de 465 de largura por 400 mm de profundidade mínima. (COR AZUL ESCURO) b. Encosto (Polipropileno Injetado) = 460 mm de largura por 300 mm de altura. (COR AZUL ESCURO) c. Altura Piso / assento = 460 mm d. Altura Piso / prancheta / Cotovelo = 685mm a. Assento (Polipropileno Injetado) LARGURA = Mínimo de 460 mm e Máximo de 465mm PROFUNDIDADE = 400mm COR = AZUL ESCURO b. Encosto (Polipropileno Injetado) LARGURA =		

	27	482947	800	Und	Mínimo de 460 mm ALTURA = 300 mm COR = AZUL ESCURO ÂNGULO DE INCLINAÇÃO EM RELAÇÃO AO ASSENTO = Mínimo de 100o e Máximo de 105o c. Altura Piso / assento = 460mm d. Altura Piso / prancheta = 680 mm (Cotovelo) 710mm (Frente Prancheta) e. Prancheta: - Material = MDF de 18mm - Revesmento = reves do em laminado melamínico de alta pressão ou material equivalente, resistente à abrasão, à umidade e de fácil higienização, COR BRANCO FOSCO LISO; - Sistema de Fixação com a estrutura metálica = UTILIZAR (03) Bucha Americana em AÇO M6 x 13mm no MDF e fixar com Parafuso CABEÇA SEXTAVADA M6 - Ângulo de inclinação em relação ao assento = Mínimo de 15o e máximo de 16o - Bordas - Arredondadas com 2,5cm de diâmetro cada borda - Fita de borda da prancheta = Perfil Pvc po T Cinza 18mm. MATERIAL = Tubo Industrial oblongo em aço carbono 30 x 16 mm com espessura de parede de 1,20 mm - PORTA LIVROS – Aço carbono em barra redonda 1/4" (6,30 mm ou 6,35 mm) - ACABAMENTO = Pintura eletrostá ca (Cor PRETO BRILHO OU CINZA MÉDIO) - SOLDAGEM = MIG - CARGAS - Suportar carga está ca mínima de 100 kg no assento e 30 kg no tampo - PONTEIRAS – Ponteira DE EMBUTIR OBLONGA an derrapante (COR PRETA) - ACABAMENTO - NÃO deve possuir rebarbas aparentes que possam causar acidentes; DESTRO	**R$ 421,99**	**R$ 337.592,00**
					- Carteira escolar de uso individual; - Deverá ser para pessoas DESTRAS (Prancheta localizada ao lado direito da estrutura); - PORTA LIVROS – Aço carbono em barra redonda 1/4" (6,30 mm ou 6,35 mm) - Deverá possuir: a. Assento (Polipropileno Injetado) = Mínimo de 460 mm e Máximo de 465 de largura por 400 mm de profundidade mínima. (COR AZUL ESCURO) b. Encosto (Polipropileno Injetado) = 460 mm de largura por 300 mm de altura. (COR AZUL ESCURO) c. Altura Piso / assento = 460 mm d. Altura Piso / prancheta / Cotovelo = 685mm a. Assento (Polipropileno Injetado) LARGURA = Mínimo de 460 mm e Máximo de 465mm PROFUNDIDADE = 400mm COR = AZUL ESCURO b. Encosto (Polipropileno Injetado) LARGURA = Mínimo de 460 mm ALTURA = 300 mm COR = AZUL ESCURO ÂNGULO DE INCLINAÇÃO EM RELAÇÃO AO ASSENTO = Mínimo de 100o e Máximo de 105o c. Altura Piso / assento = 460mm d. Altura Piso / prancheta = 680 mm (Cotovelo) 710mm (Frente Prancheta) e. Prancheta: - Material = MDF de 18mm -		

	28	482947	200	Und	Revesmento = reves do em laminado melamínico de alta pressão ou material equivalente, resistente à abrasão, à umidade e de fácil higienização, COR BRANCO FOSCO LISO; - Sistema de Fixação com a estrutura metálica = UTILIZAR (03) Bucha Americana em AÇO M6 x 13mm no MDF e fixar com Parafuso CABEÇA SEXTAVADA M6 - Ângulo de inclinação em relação ao assento = Mínimo de 15o e máximo de 16o - Bordas - Arredondadas com 2,5cm de diâmetro cada borda - Fita de borda da prancheta = Perfil Pvc po T Cinza 18mm . MATERIAL = Tubo Industrial oblongo em aço carbono 30 x 16 mm com espessura de parede de 1,20 mm - PORTA LIVROS – Aço carbono em barra redonda 1/4" (6,30 mm ou 6,35 mm) - ACABAMENTO = Pintura eletrostá ca (Cor PRETO BRILHO OU CINZA MÉDIO) - SOLDAGEM = MIG - CARGAS - Suportar carga está ca mínima de 100 kg no assento e 30 kg no tampo - PONTEIRAS – Ponteira DE EMBUTIR OBLONGA an derrapante (COR PRETA) - ACABAMENTO - NÃO deve possuir rebarbas aparentes que possam causar acidentes; DESTRO Cota reservada para ME/EPP em 20%	**R$ 421,99**	**R$ 84.398,00**
	29	482947	100	Und	Carteira escolar de uso individual; - Deverá ser para pessoas DESTRAS (Prancheta localizada ao lado direito da estrutura); - PORTA LIVROS – Aço carbono em barra redonda 1/4" (6,30 mm ou 6,35 mm) - Deverá possuir: a. Assento (Polipropileno Injetado) = Mínimo de 460 mm e Máximo de 465 de largura por 400 mm de profundidade mínima. (COR AZUL ESCURO) b. Encosto (Polipropileno Injetado) = 460 mm de largura por 300 mm de altura. (COR AZUL ESCURO) c. Altura Piso / assento = 460 mm d. Altura Piso / prancheta / Cotovelo = 685mm a. Assento (Polipropileno Injetado) LARGURA = Mínimo de 460 mm e Máximo de 465mm PROFUNDIDADE = 400mm COR = AZUL ESCURO b. Encosto (Polipropileno Injetado) LARGURA = Mínimo de 460 mm ALTURA = 300 mm COR = AZUL ESCURO ÂNGULO DE INCLINAÇÃO EM RELAÇÃO AO ASSENTO = Mínimo de 100o e Máximo de 105o c. Altura Piso / assento = 460mm d. Altura Piso / prancheta = 680 mm (Cotovelo) 710mm (Frente Prancheta) e. Prancheta: - Material = MDF de 18mm - Revesmento = reves do em laminado melamínico de alta pressão ou material equivalente, resistente à abrasão, à umidade e de fácil higienização, COR BRANCO FOSCO LISO; - Sistema de Fixação com a estrutura metálica =	**R$ 421,99**	**R$ 42.199,00**

					UTILIZAR (03) Bucha Americana em AÇO M6 x 13mm no MDF e fixar com Parafuso CABEÇA SEXTAVADA M6 - Ângulo de inclinação em relação ao assento = Mínimo de 15o e máximo de 16o - Bordas - Arredondadas com 2,5cm de diâmetro cada borda - Fita de borda da prancheta = Perfil Pvc po T Cinza 18mm. - MATERIAL = Tubo Industrial oblongo em aço carbono 30 x 16 mm com espessura de parede de 1,20 mm - PORTA LIVROS – Aço carbono em barra redonda 1/4" (6,30 mm ou 6,35 mm) - ACABAMENTO = Pintura eletrostá ca (Cor PRETO BRILHO OU CINZA MÉDIO) - SOLDAGEM = MIG - CARGAS - Suportar carga está ca mínima de 100 kg no assento e 30 kg no tampo - PONTEIRAS – Ponteira DE EMBUTIR OBLONGA an derrapante (COR PRETA) - ACABAMENTO - NÃO deve possuir rebarbas aparentes que possam causar acidentes; CANHOTO		
	30	482888	30	Und	CARTEIRA ESCOLAR PARA PESSOA OBESA: Carteira escolar individual, composta por prancheta e cadeira, com estrutura em aço carbono reforçada, acabamento em pintura eletrostática anticorrosiva, tampo em MDF ou MDP com espessura mínima de 18 mm, revestido em laminado melamínico de alta pressão ou material equivalente, resistente à abrasão, à umidade e de fácil higienização. Prancheta com bordas arredondadas e acabamento em perfil ou fita de PVC. A cadeira deverá possuir assento com dimensões mínimas de 550 mm de largura e 450 mm de profundidade, encosto com largura mínima de 500 mm e altura mínima de 350 mm, ambos em polipropileno injetado reforçado ou material equivalente, com formato anatômico, superfície lavável e sem deformações. A estrutura metálica deverá utilizar tubos de aço carbono com espessura mínima de parede de 1,50 mm, possuir reforços estruturais e soldas contínuas, firmes e sem falhas, e suportar carga estática mínima de 180 kg no assento e 40 kg no tampo, sem deformação permanente, ruptura ou perda de estabilidade. Ponteiras antiderrapantes, nivelamento adequado, estabilidade sem balanço, espaço livre suficiente para acomodação do usuário e acabamento sem rebarbas, arestas cortantes ou pontos que possam causar acidentes, garantindo resistência, conforto, acessibilidade e segurança para uso em ambiente escolar, devendo ser projetada para suportar 250kg, em conformidade com a BR 9050 /2020	**R$ 1.371,00**	**R$ 41.130,00**
	31	235709	100	Und	Banqueta material madeira bruta, fixa, assento circular, altura 70 cm, evernizado	**R$ 333,00**	**R$ 33.300,00**

	32	456778	30	Und	Estante Metálica aço, altura 2 m, com 6 prateleiras. altura: 2,00, características adicionais: com reforço e capacidade de 25 kg por bandeja, largura: 0,92, material: aço, profundidade: 0,40, quantidade prateleiras: 6, tipo prateleiras: reguláveis, tratamento superficial: pintura eletrostática	**R$ 489,85**	**R$ 14.695,50**
	33	614345	30	Und	Armário aço tipo Locker Room, 8 portas, 2 colunas com chaves. acabamento superficial: pintura eletrostática epoxi-pó texturizada, altura: 1.900, aplicação: armario multiuso, características adicionais: 2 colunas, portas com aletas de ventilação, chaves, largura: 80, material: aço inox, profundidade: 380, quantidade portas: 8, tipo: locker room	**R$ 1.336,95**	**R$ 40.108,50**
	34	607102	20	Und	Refrigerador. capacidade refrigeração: 260, características adicionais: prateleiras reguláveis, cor: branca, sistema degelo: frost free, tensão alimentação: 220, tipo: vertical, tipo portas: fixas	**R$ 2.414,89**	**R$ 48.297,80**
	35	354973	15	Und	Forno Microondas 30L 220v cor branco, prato giratório.	**R$ 807,00**	**R$ 12.105,00**
	36	310588	30	Und	Ventilador tipo coluna, características adicionais: 3 velocidades e oscilante, cor: branca, diâmetro: 40 a 50, potência motor: 80, tensão alimentação: 220, tipo: coluna, aplicação: ambientes pequeno, médio e grande porte, tipo hélice: 03 pás, inclinação: vertical regulável	**R$ 279,79**	**R$ 8.393,70**
	37	402920	50	Und	Bebedouro água garrafão, elétrico de coluna 220v. capacidade: 20, características adicionais: baixo consumo energia,termostato regulável, inmetro, material: plástico abs e chapa aço inoxidável, tipo: elétrico de coluna,	**R$ 766,00**	**R$ 38.300,00**
	38	239248	10	Und	Sofá 2 lugares, estrutura madeira, revestimento vinil, cor preto. características adicionais: pés em aluminio polido, cor: preta, material estofamento: espuma poliuretano, material estrutura: madeira, quantidade módulos: 2, revestimento: vinil	**R$ 2.466,33**	**R$ 24.663,30**
	39	632909	10	Und	Sofá 3 lugares, estrutura madeira, revestimento tecido 100% poliéster, cor preto. altura: 900, cor: preta, largura: 2, material estofamento: espuma alta densidade, material estrutura: madeira de reflorestamento,	**R$ 3.026,78**	**R$ 30.267,80**

					profundidade: 900, quantidade assentos: 3, quantidade módulos: 3, revestimento: tecido 100% poliéster		
	40	468598	50	Und	Quadro branco comprimento 200cm, largura 100 cm, suporte para apagador e pincéis. acabamento superficial moldura: alumínio anodizado, características adicionais: suporte para apagador e pincel, comprimento: 2,00, finalidade: sala de aula, largura: 1,20, material: laminado melamínico brilhante, material moldura: alumínio anodizado	**R$ 881,60**	**R$ 44.080,00**
	41	383330	50	Und	Quadro branco, comprimento 1,20m e largura 0,90m, suporte para apagador e pincel. acabamento superficial moldura: alumínio anodizado, características adicionais: suporte para apagador e pincel, comprimento: 1,20, finalidade: sala de aula, largura: 0,90, material: laminado melamínico brilhante, material moldura: alumínio anodizado	**R$ 259,73**	**R$ 12.986,50**
	42	216561	120	Metro quadrado	Persiana tipo vertical em PVC, aplicação em ambiente profissional	**R$ 241,88**	**R$ 29.025,60**
	43	616709	120	Metro quadrado	Persiana tipo rolô, aplicação em ambiente profissional	**R$ 258,33**	**R$ 30.999,60**
	44	395320	20	Und	Bebedouro tipo industrial com 3 torneiras, aço inox, capacidade 100L	**R$ 2.832,33**	**R$ 56.646,60**
	45	607638	160	Und	Fechadura eletrônica digital biométrica c/ instalação (acesso: biometria + senha + chave de emergência)	**R$ 1.127,60**	**R$ 180.416,00**
	46	607638	40	Und	Fechadura eletrônica digital biométrica c/ instalação (acesso: biometria + senha + chave de emergência) Cota reservada para ME/EPP em 20%	**R$ 1.127,60**	**R$ 45.104,00**
	47	445176	5	Und	Mesa refeitório. ALTURA: 75, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 4 BANCOS ACOPLADOS E UMA CADEIRA GIRATÓRIA COM ENC, COMPRIMENTO: 180, LARGURA: 85, MATERIAL ESTRUTURA: AÇO	**R$ 2.380,00**	**R$ 11.900,00**

					CARBONO, MATERIAL TAMPO: MDF, REVESTIMENTO TAMPO: LAMINADO MELAMÍNICO		
	48	483274	150	Und	Cadeira fixa secretária. Pintura eletrostática cor preta; - Tubo oblongo na estrutura das pernas e encosto - Assento e encostos em termoplástico removíveis - Capacidade de carga até 110kg	**R$ 239,00**	**R$ 35.850,00**
	49	263337	2	Und	Carrinho com capacidade de 160 litros, fabricado em ferro, com estrutura resistente e funcional, adequado ao transporte de mercadorias. Possui dimensões de 98 cm de altura, 53 cm de largura e 80 cm de comprimento.	R$ 884,66	R$ 1.689,32
	Total						**R$ 3.557.891,00**

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
1.4. O prazo de vigência da contratação é de **1 (um) ano** contados do(a) **Emissão da Nota de Empenho**, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.
1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Havendo divergência entre a descrição do objeto constante deste termo de referência e a descrição do objeto constante no site do COMPRASNET ou na nota de empenho prevalecerá sempre, a descrição deste Termo de Referência.

1.7. Para os itens 13, 18, 20, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 47,48 e 49 a participação é exclusiva de ME, EPP e COOP, pois o valor da contratação não ultrapassa R$ 80.000,00, nos termos do art. 10 do Decreto 8.538/2015.

1.8. O Grupo 1, formado pelos itens 1 ao 12, reflete a questão de padronização dos mobiliários, com relação aos materiais utilizados, cores, texturas, tamanhos, o que não seria possível sem o agrupamento. Portanto, o agrupamento desses itens foi verificado ser mais viável, por uma questão de padronização dos espaços internos da UFCG.

1.9. O contratado deverá enviar portifólio dos produtos para análise do setor requisitante e aceitação quanto aos itens solicitados.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026,** conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: **05055128000176-0-000003/2026;**

II) Data de publicação no PNCP: **25/04/2025;**

III) Id do item no PCA: **1208, 1209;**

IV) Classe/Grupo: **7195 - MOBILIÁRIOS DIVERSOS E ACESSÓRIOS; 7110 - MOBILIÁRIO PARA ESCRITÓRIO**

V) Identificador da Futura Contratação: 1**58195-40/2026; 158195-40/2026;**

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Se o no uso dos materiais forem gerados resíduos, estes devem ser, tratados adequadamente conforme a lei de resíduos sólidos e outras legislações sobre o assunto;

4.1.2. **bservar e minimizar os impactos ambientais que o uso dos equipamentos poderá gerar, e nesse casodesenvolver boas práticas na disposição final dos rejeitos; e**

4.1.3. Garantir o descarte seguro de todos os materiais utilizados, além de capacitar e exigir que os servidores responsáveis sigam normas de segurança específicas.

4.2. Declara-se que a presente contratação está alinhada ao Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), aprovado pela Resolução nº 01/2026 do Colegiado Pleno, bem como ao Plano de Contratações Anual (PCA) e às diretrizes da Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021. O planejamento da demanda observou critérios de racionalização do gasto público, eficiência no uso de recursos e responsabilidade socioambiental em todas as etapas do ciclo de contratação.

Da exigência de carta de solidariedade

4.3. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões:

4.5.1. O objeto consiste no fornecimento de bens comuns de pronta entrega (entrega imediata e integral em remessa única), cujo pagamento ocorrerá somente após o recebimento definitivo e a conferência do objeto. Dessa forma, o risco financeiro para a Administração é baixo, e a exigência de garantia apenas encareceria os custos da contratação sem trazer benefícios proporcionais à segurança da execução.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.6. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.6.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal .

4.6.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.6.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

4.7. O contratado deverá enviar portifólio dos produtos para análise do setor requisitante e aceitação quanto aos itens solicitados.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **30 (trinta)** dias, contados do(a) **emissão da nota de empenho**, em remessa única

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

ÓRGÃO	LOCAL DE ENTREGA	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO	RESPONSÁVEL
Universidade Federal de Campina Grande –UFCG (UASG 158195)	ALMOXARIFADO CENTRAL- Bloco BS - Rua Aprígio Veloso, nº 882, Bairro Universitário, CEP 58.429-900, Campina Grande /PB	07h às 11h e das 13h às 17h	Fabiana Cavalcante de Matos BritoContato: (83) 2101- 1604/1070

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
6.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.15. Cabe ao gestor do contrato:
6.15.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
6.15.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
6.15.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
6.15.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
6.15.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
6.15.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
6.15.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a. der causa à inexecução parcial do contrato;
b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c. der causa à inexecução total do contrato;
d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3.Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5**% (**cinco décimo** por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30** (**trinta**) dias*

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

*7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “**e**” a “**h**” de **0,5**% (**cinco décimos** por cento) a **30**% (**trinta** por cento) do valor da contratação.*

*7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “**c**”, de **0,5**% (**cinco décimos** por cento) a **30**% (**trinta** por cento) do valor da contratação.*

*7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “**b**”, de **0,5**% (**cinco décimos** por cento) a **30**% (**trinta** por cento) do valor da contratação.*

*7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **0,5**% (**cinco décimos** por cento) a **30**% (**trinta** por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “**a**”, de **0,5**% (**cinco décimos** por cento) a **30**% (**trinta** por cento) do valor da contratação:*

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze)** dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **15 (quinze)** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **15 (quinze)** dias úteis.
8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES /ME nº 77/2022.
8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;
8.12.2. a data da emissão;
8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
8.12.5. o valor a pagar; e
8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação,

por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)** de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **30/10/2026.**

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o (s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO,** sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO.**

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será **integral.**

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será :

9.3.1 Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

9.4. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br /empreendedor;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos dois últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas :

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de **10**% do valor total estimado da contratação.

9.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação] ;

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.32. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

Qualificação Técnica

9.33. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.33.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.33.1.1. **atestados de capacidade técnica** demonstrando o fornecimento anterior de móveis corporativos ou institucionais em porte e complexidade compatíveis com o edital.

9.33.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.33.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.33.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.34. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.35 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.37. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.38. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R$ 3.557.891,00 (Três milhões quinhentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e noventa e um reais),** conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima.**

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do capu**t** do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Campina Grande, 13 de novembro de 2026

Elaborado por:

Aldenice Ribeiro da Costa Pinheiro

Chefe da DAMAT/CCCPRGAF

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de* **15 (quinze) dias***,* contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente **Nota de Empenho** sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. **VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. **O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.**

2.2. **O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.**

3. **OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de **30 (trinta)**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **30 (trinta) dias.**

3.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, *e da relação da rede de assistência técnica autorizada*;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as

condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;
4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho[A12] ;
4.1.23. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.
5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:
5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.
5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
5.5.3. Indenizações e multas.
5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos **omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.**

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
7.3. s supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]
7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em **Campina Grande**, Seção Judiciária de **Campina Grande** para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ... *(identificar o Contratado)* declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ... de ..... de 20.... .

_____

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

ALDENICE RIBEIRO DA COSTA PINHEIRO

Equipe de apoio